

# Banco dos Bancos

200 NORMAS - Brasil

A semana seguinte à reunião do FMI em Washington foi rica em debates sobre a economia brasileira. Em mais de uma ocasião, empresários e analistas interessados no que se passa neste país criticaram e questionaram a marcha-lenta imposta ao ajuste fiscal. Houve quem falasse, inclusive, em "mediocridade fiscal" comparando os resultados obtidos pelo Brasil no controle do déficit público com o desempenho das economias mais desenvolvidas.

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Coube ao presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto, identificar a miopia dos que ignoraram o esforço do governo (mais especificamente, do Ministério da Fazenda) para gerar superávits nas contas públicas. Numa semana em que o calote do Equador chamava as atenções, o presidente do BC brasileiro teve que admitir que o investidor estrangeiro tem o direito de escolher onde vai colocar seu dinheiro. Esse direito de escolha obviamente implica evitar estados no Brasil cuja conduta possa ser caracterizada como de caloteiros. O provincialismo parlamentar, a respeito da ressalva de Armínio Fraga, provou apenas o atraso do padrão político brasileiro.

Dito isso, e considerando a turbulência reinstalada em Brasília por conta da incapacidade das lideranças partidárias para conduzir a reforma da previdência, é preciso lembrar os limites naturais impostos aos bancos centrais.

Não há economia que consiga se reequilibrar se todo o peso do ajuste correr por conta apenas da política monetária. É hoje fácil entender que os Estados Unidos só conseguiram manter sua longa curva de prosperidade graças

ao equilíbrio nas contas públicas e ao aumento da produtividade, particularmente no setor privado. Bill Clinton jamais sobreviveria no cargo se tivesse um orçamento em frangalhos, enquanto ardia a fogueteira do caso Lewinsky.

Equilíbrio fiscal e aumento de produtividade são fatores que caminharam lado a lado na economia americana. Por isso, o Federal Reserve System (FED), o guardião da moeda, pode praticar uma política consistente de juros baixos.

O presidente do Banco Central do Brasil e a equipe que com ele dirige a política monetária conseguiram inverter a tendência das taxas de juros. O BC joga agora, a longo prazo, com a perspectiva de que o ambiente político entregue o que falta: um acerto definitivo nas contas públicas. Um Congresso que não desata o nó da previdência e joga para as calendadas gregas a reforma tributária e a lei de responsabilidade fiscal definitivamente complica o horizonte financeiro. Governos que espalhem incerteza deixando de honrar o que devem, apenas contribuem para anuviar o horizonte.

Para sorte do Brasil o BC tem sido administrado com enorme competência técnica, contornando deficiências endêmicas na vida partidária e a incapacidade das lideranças, não importa a cor, para produzir um consenso mínimo, capaz de colocar a moeda nacional acima de qualquer suspeita. O cenário de "mediocridade fiscal" desenhado em Nova Iorque tem tudo a ver com a incerteza política. Não há muito tempo pela frente para que o país complete seu dever de casa e amadureça no plano das relações partidárias.